

**(SUB)DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: REVISITANDO  
AS INTERPRETAÇÕES DE CELSO FURTADO E FERNANDO  
HENRIQUE CARDOSO**

**SAMUEL COSTA PERES\***  
**LAÍS FERNANDA DE AZEVEDO\*\***

\* Doutor em Economia  
pela UFRGS

\*\* Doutora em  
Economia pela UFRGS

## (SUB)DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: REVISITANDO AS INTERPRETAÇÕES DE CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Samuel Costa Peres\*  
Laís Fernanda de Azevedo\*\*

**RESUMO** – Este trabalho resgata o debate sobre subdesenvolvimento e possibilidades de desenvolvimento à luz das obras capitais de Furtado e Cardoso, destacando os elementos essenciais de suas interpretações, seus pontos de convergência e divergência. A despeito da perspectiva histórico-analítica e de entenderem a *dependência* como característica do capitalismo periférico, Cardoso entende *desenvolvimento* como acumulação de capital, que não necessariamente implica benefícios para a sociedade, logo, a dependência não colide com o desenvolvimento. Para Furtado, *desenvolvimento* não se limita ao crescimento ou acumulação de capital, dado que reclama mudanças materiais e não-materiais profundas em benefício da coletividade, frequentemente tolhidas nos quadros de dependência. É pela esperança de uma sociedade mais homogênea e inclusiva, que o ideário furtadiano merece ser recuperado nos estudos sobre desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Desenvolvimento econômico.

## (UNDER)DEVELOPMENT AND DEPENDENCY: REVISITING THE INTERPRETATIONS OF CELSO FURTADO AND FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**ABSTRACT** – This work rescues the debate about underdevelopment and development possibilities in the light of the capital works of Furtado and Cardoso, highlighting the essential elements of their interpretations, their points of convergence and divergence. Despite the historical-analytical perspective and the understanding of *dependency* as a characteristic of peripheral capitalism, Cardoso understands *development* as capital accumulation, which does not necessarily imply benefits for society and, therefore, dependence does not collide with development. For Furtado, *development* is not limited to growth or capital accumulation, as it demands profound material and non-material changes for the benefit of the community, often hampered in dependence terms. It is for the hope of a more homogeneous and inclusive society that the furtadian ideal deserves to be recovered in development studies.

**Keywords:** Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Economic Development.

\* Doutor em Economia pela UFRGS. Professor do Departamento de Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre/RS. E-mail: [scostaperes@gmail.com](mailto:scostaperes@gmail.com).

\*\* Doutora em Economia pela UFRGS. Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Ponta Porã/MS. E-mail: [laisf\\_azevedo@hotmail.com](mailto:laisf_azevedo@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

No pós-Segunda Guerra Mundial as correntes hegemônicas no pensamento econômico foram confrontadas com perspectivas que se recusaram a aceitar a tese de que o atraso econômico, a pobreza e o subdesenvolvimento proviriam de uma simples defasagem temporal. A tese em voga proferia, em síntese, que o subdesenvolvimento refletia apenas a entrada tardia de certos países no processo de modernização. Nessa perspectiva, resume Paula (2006), a desigualdade entre os países ricos e os países pobres seria superada assim que os últimos percorressem o tempo necessário no caminho único e inevitável do desenvolvimento, ou seja, adotassem o capitalismo em sua versão liberal-utilitarista.

Esse tempo, marcado pela urgência e pelo compromisso, foi tanto o do surgimento de várias perspectivas críticas que buscaram apontar os limites do pensamento econômico convencional – a tradição liberal-neoclássica –, quanto da busca por alternativas capazes de explicar e superar o fenômeno então batizado de subdesenvolvimento. Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) inaugura – notadamente com Prebisch (1949) – uma temporada de contribuições decisivas para a construção de uma “teoria do desenvolvimento econômico”, dentre as quais destacam-se, no plano global, as obras de Lewis (1955), Myrdal (1956), Hirschman (1958), entre outras. Essas contribuições, embora diferentes em muitos aspectos e referenciadas a matrizes teóricas distintas, têm em comum o fato de se afastarem do pensamento econômico dominante, que se mostrava incapaz de dar conta das realidades dos países de baixa renda e, logo, de apontar os instrumentos teóricos, práticos, técnicos e políticos apropriados para a superação a condição de subdesenvolvimento.

Em particular, pode-se afirmar que os trabalhos desenvolvidos na CEPAL entre as décadas de 1950 e 1970 influenciaram substantivamente o pensamento econômico e político na América Latina no período, notadamente pela consolidação e difusão da visão de que o processo de industrialização da região seria essencial para a superação do subdesenvolvimento. Cabe sublinhar, a partir de Rodriguez (2009), que a tradição cepalina, conhecida como o estruturalismo latino-americano, tem em sua base um método considerado “hipotético-dedutivo” e, ao mesmo tempo e indissociavelmente, “histórico-estrutural”. Desse modo, a perspectiva analítica estruturalista é essencialmente orientada pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, distanciando-se do reducionismo e determinismo associados ao pensamento econômico convencional. Deve-se destacar, ainda, que embora as contribuições da CEPAL apoiem-se num conjunto comum

de hipóteses básicas, diversas dessas contribuições não chegaram a ser claramente conectadas e compatibilizadas.

Dentro desse contexto histórico e teórico da instituição, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso aparecem como peças-chave na construção do pensamento cepalino, na medida em que compuseram seus quadros, no caso de Furtado, entre 1949 e 1958 (e brevemente em 1964), e Cardoso, entre 1964 e 1967, período em que desenvolveram algumas de suas principais obras. Assim, nesse período de significativos esforços dentro da temática do desenvolvimento, as vastas obras de Furtado e Cardoso refletem as manifestações de uma época, que redescobriu que a desigualdade econômica, política e social entre os países não era fruto de leis naturais e inexoráveis, mas resultado de assimetrias e desigualdades historicamente construídas a partir de determinadas relações econômico-sociais.

Mas, afinal, há algum sentido, ainda, em refletir sobre a noção de *desenvolvimento*, tema exaustivamente debatido durante todo o século XX? Ora, a simples observação da realidade que nos cerca – notadamente no Brasil, que insiste em perfilar-se nas estatísticas como um dos países mais injustos, desiguais e mais divididos do mundo, a despeito de figurar sempre entre as economias mais ricas em termos de produto interno bruto – sugere a urgência de se resgatar essa reflexão, de recuperar a imaginação prospectiva que nos permita pensar o futuro como história, em busca de uma identidade e projeto nacionais. Nessa busca, revisitar as heranças intelectuais de Furtado e Cardoso sobre desenvolvimento e dependência – as quais são ao mesmo tempo concorrentes e complementares – mostra-se, ainda, oportuno.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, além desta introdução, são apresentados os principais elementos constituintes das interpretações dos autores sobre o *desenvolvimento*, bem como a evolução do conceito ao longo de suas obras. A segunda parte aborda a noção de *dependência* para cada autor, além das perspectivas e implicações ao desenvolvimento das economias subdesenvolvidas ou periféricas. Por fim, na última seção empreende-se um esforço de sistematização e reflexão sobre os pontos de contato e de afastamento nas interpretações dos autores.

## DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: AS NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Desde seus trabalhos da década de 1950, Celso Furtado já apontava as limitações da visão econômica convencional em relação à problemática do desenvolvimento. No entanto, foi na década seguinte que o autor formulou, de fato, uma análise conceitual da especificidade do subdesenvolvimento ao publicar *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* ([1961] 2009)<sup>1</sup>, obra que reúne trabalhos seus elaborados ao longo de quase dez anos. Elemento central na origem das estruturas subdesenvolvidas, para Furtado (2009), é o advento de um núcleo industrial dinâmico na Europa do século XVIII, cuja ação passou a condicionar o desenvolvimento econômico ulterior em quase todas as regiões do mundo, tomando três direções distintas: a primeira correspondeu ao desenvolvimento industrial dos próprios países da Europa Ocidental; a segunda resultou na formação de núcleos industriais em países de características semelhantes aos países europeus (Austrália, Canadá e Estados Unidos), e; a terceira deu-se em direção a regiões já ocupadas, algumas inclusive densamente povoadas, e resultou na formação de estruturas econômicas dependentes, criando-se estruturas híbridas, isto é, uma parte que tendia a comportar-se como um sistema capitalista e, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente, de formas pré-capitalistas de produção.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, de acordo com as circunstâncias locais, da penetração capitalista e de sua intensidade.[...] De uma forma ou de outra, a resultante deste contato direto foi a constituição de estruturas híbridas, parte funcionando integrada ao sistema capitalista e parte ainda funcionando nos termos não-capitalistas.[...] Esse tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. [...] O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 161).

Desse modo, para Furtado (2009), o subdesenvolvimento não é um estágio, uma etapa anterior ao desenvolvimento, pela qual teriam passado as economias avançadas, consideradas desenvolvidas – como a visão tipicamente exemplificada na teoria de Rostow<sup>2</sup> – mas um processo historicamente construído. É, basicamente, uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas modernas a fim de utilizar mão-de-obra

<sup>1</sup> Doravante, a data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na 1ª vez em que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelos autores.

<sup>2</sup> A partir de Rostow (1959), disseminou-se a ideia de que o desenvolvimento se daria numa sequência de cinco etapas, as quais se sucederiam naturalmente na seguinte ordem: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e, finalmente, a era do consumo em massa.

e recursos naturais de áreas de economia pré-capitalista. Furtado (2009) ressalta, ainda, que o universo capitalista é muito heterogêneo, em que o desenvolvimento econômico é desigual, pois o conjunto de recursos e fatores que se apresenta em cada parte do mundo é obviamente diverso.

À época, então, Furtado (2009, p. 86) entendia que o desenvolvimento econômico consistia “na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho”, a qual, à medida que cresce, eleva a renda real social, isto é, eleva a quantidade de bens e serviços disponíveis para a população. Assim, o desenvolvimento econômico seria essencialmente um processo de acumulação de capital que, sem progresso técnico, encontra constantemente seus limites.

Dado que os setores dinâmicos capazes de proporcionar este aumento da produtividade do trabalho encontravam-se vinculados às atividades industriais, justificava-se, então, um projeto industrializante. É a partir dessa percepção que Furtado define uma *estrutura subdesenvolvida* como aquela em que a plena utilização do capital disponível não se mostra suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. Assim, é justamente a heterogeneidade tecnológica entre os setores de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 2009).

Contudo, o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado muda substancialmente ao longo de suas obras. A visão do autor sobre a superação do subdesenvolvimento remodela-se com sua vivência na política e com os acontecimentos históricos, especialmente, no Brasil.<sup>3</sup> Embora, para Furtado, o desenvolvimento industrial continue fundamental para o crescimento econômico<sup>4</sup>, a associação direta entre este e um efetivo desenvolvimento nacional começa a enfraquecer em suas obras.

Pouco tempo depois *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), Furtado reescreve-o e publica *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1983). Nessa obra, Furtado apresenta uma versão mais bem-acabada do conceito de

---

<sup>3</sup> Com o Golpe Militar de 1964, Furtado teve seus direitos políticos cassados, e a partir de então dedicou-se por um longo período à pesquisa e ao ensino da Economia do Desenvolvimento e Economia Latino-Americana no exterior, passando pela CEPAL, Santiago do Chile, e por diversas universidades, como as de Yale, Harvard e Columbia, nos Estados Unidos, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França (CPDOC-FGV, 2001). Nesse período, destaca-se, ainda, que a hipótese estagnacionista de Furtado – de que não poderia haver crescimento econômico sustentado sob elevada desigualdade de renda – foi duramente criticada por Tavares e Serra (1970), na esteira do enorme crescimento econômico com concentração de renda no período do “milagre econômico” brasileiro.

<sup>4</sup> Esse entendimento permanecia em virtude de três aspectos principais: i) Os efeitos de encadeamento para frente e para trás seriam muito superiores na indústria do que nos setores primários; ii) A diminuição da pressão sobre o Balanço de Pagamentos, em função da redução da importação de produtos industriais e; iii) O processo de inovação concentrava-se na indústria.

desenvolvimento, distinguindo-o nitidamente de *crescimento*. O autor explicita sua preocupação a sociedade, caracterizando o desenvolvimento como uma estrutura complexa que não compreende apenas o nível tecnológico, mas também a diversidade das formas sociais e econômicas resultantes da divisão do trabalho social, e que deve satisfazer as necessidades de uma coletividade. O conceito de crescimento, por sua vez, refere-se a um conjunto econômico de estrutura mais simples, no qual a demanda não é autocriada, ou seja, deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico, e não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção. Em suma, nas palavras de Furtado (1983, p. 79-80):

[...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, seja inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da coletividade. Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade.

Sob influência do legado cepalino, predominante nos anos 1950, tanto Furtado quanto Cardoso haviam aderido à ideia de que o avanço da industrialização era o principal caminho para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e, em particular do Brasil<sup>5</sup>. No entanto, analisando a evolução estrutural do capitalismo mundial, Furtado lança, em 1974, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, obra que revela certo pessimismo do autor em relação à superação do subdesenvolvimento nas economias periféricas, principalmente devido aos desdobramentos que marcaram a economia brasileira naquele período. Ele argumenta que a acelerada industrialização das economias periféricas se desenhou sob a direção das grandes empresas dos países centrais, de modo que a estabilidade e a expansão daquelas economias dependiam, fundamentalmente, das transações internacionais, as quais eram controladas pelas grandes empresas. Assim, as relações dos Estados nacionais com estas empresas traduziam-se em relações de poder, o que tendia a aumentar o fosso existente entre centro e periferia.

Para Furtado (1974), a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do

---

<sup>5</sup> Para uma análise minuciosa das obras dos autores comprovando essa assertiva, ver Almeida (2009).

processo de acumulação resulta, no centro, numa tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, na periferia, num distanciamento entre as formas de vida de uma minoria privilegiada e a massa da população, o qual é até mais importante do que fosso entre a periferia e o centro do sistema. A ampliação desse fosso internamente reside na maneira em que é utilizado o progresso técnico e a maneira à qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído, que é, em última instância, o que separa o desenvolvimento da manutenção do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento seria resultado de escolhas, políticas e sociais, na medida em que a “opção” pela forma de apropriação do excedente econômico é predominantemente para a sustentação do estilo de vida e de consumo da minoria, em vez de priorizar formas de consumo adequadas a toda a sociedade, elevando o nível de bem-estar geral.

A explicação desse fenômeno reside no conceito de *modernização*, isto é, um “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81). Essa tendência reflete uma dependência cultural, em que grupos que se apropriam do excedente econômico direcionam-no para imitação de padrões técnicos e de consumo externos a sua realidade social. Na explicação de Furtado (1974, p. 82),

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização [...] O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação.

Essa é, basicamente, a armadilha histórica do subdesenvolvimento. O processo de industrialização, que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma maneira. Isso acontece, na visão de Furtado, porque o progresso técnico, nesses países, penetra por meio de novos produtos, isto é, por meio da modernização, sendo incapaz de produzir a homogeneização social. Assim, os países hoje tidos como subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, mesmo tendo avançado no processo de industrialização, experimentaram apenas a modernização, não o desenvolvimento. Conforme Furtado (1983, p. 181), “desenvolvimento [...] passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* dos estilos de vida”.

Desse modo, fica nítido que, diferentemente do otimismo e esperança atribuídos à industrialização nos seus trabalhos iniciais, Furtado revela certa desilusão – não só na economia brasileira, mas nas economias subdesenvolvidas como um todo – com relação às possibilidades de transformações estruturais qualitativas em direção a um desenvolvimento nacional autônomo e sustentado.

Em sua obra *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* ([1978] 2008), o autor traz várias críticas ao conceito de desenvolvimento até então utilizado, no qual o “mito das vantagens da especialização internacional” teria sido substituído pelo de “desenvolvimento”, de modo que este passava a ser sinônimo de *performance* internacional. Essa ideia ignora os custos da acumulação em termos de valores culturais próprios. A ideia de progresso passa a ser utilizada para sustentar a racionalidade das empresas transnacionais e acelerar a diversificação e sofisticação dos padrões de consumo.

A ideia de desenvolvimento como *performance* internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, um conteúdo extremamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, esta concebida como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão (FURTADO, 2008, p. 108).

Desse modo, vem ao longo do texto mostrando como a acumulação é apenas o vetor que, por meio das inovações, permite introduzir modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais. Então, o autor define um novo conceito de desenvolvimento:

Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apoia na acumulação. A partir desde ponto de observação não é difícil compreender que, se a acumulação se transforma em um fim em si mesma (quando passa a constituir a base do sistema de dominação social), o processo de criação de novas relações sociais transforma-se em simples meio para alcançá-la. A inexorabilidade do progresso levando à desumanização do indivíduo na civilização industrial é um desdobramento desse processo histórico (FURTADO, 2008, p. 73).

Especialmente a partir do final da década de 1980, Furtado passou a incorporar substancialmente uma certa noção de “totalidade”, conformada pelo sistema global da cultura, modificando, mais uma vez, o que ele via como desenvolvimento, que é indissociável dos aspectos culturais das nações. O conceito de desenvolvimento passa a referir-se a esse sistema, considerando-o como seu atributo, e às mudanças que nele se verificam.

Quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos de desenvolvimento. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade. A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O

primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar a sua capacidade de ação. O segundo refere-se ao significado de sua atividade, aos valores com que o homem enriquece seu patrimônio existencial (FURTADO, 1999, p. 47).

A superação do subdesenvolvimento, portanto, se dá com a tomada de consciência de que a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material, pois não é acompanhada necessariamente da melhora nos padrões de vida cultural, apenas reproduz a estratificação social existente no passado. Para Furtado (1999) se o objetivo da política de desenvolvimento é o de enriquecer a vida dos homens, o ponto de partida deve ser a percepção dos fins, ou seja, a percepção dos valores das coletividades que carregam os sistemas simbólicos constituintes das culturas. O custo cultural do desenvolvimento de uma economia periférica dependente é muito grande, pois na maior parte das vezes apenas reproduz padrões de consumo.

Importante ressaltar que, para Furtado (1984, 2008), reconhecer esses efeitos da transculturação não implica negar que a presença de elementos estrangeiros em partes ou aspectos dos componentes dos sistemas culturais próprios possa contribuir para o seu enriquecimento. Contudo, também não implica que desses enriquecimentos pontuais derive o desenvolvimento de tais sistemas. Ao contrário, os processos de transculturação dão lugar a travas a esse desenvolvimento ou impossibilitam o desenvolvimento de uma identidade cultural própria. A razão de fundo consiste em que o contágio e a proliferação de valores estrangeiros inibem o desenvolvimento de ideias e valores situados no nível “mais alto” da cultura não-material ou “âmbito cultural” – de índole filosófica, científica, artística e religiosa, que de alguma forma se vinculam aos grandes fins da existência humana e às bases de sua significação e seu sentido –, os quais possuem profundas raízes em culturas passadas e, por isso mesmo, potencialidades de um renascimento fortemente enriquecedor da cultura atual, incentivando nela fluxos renovados de criatividade.

Essa perspectiva ampla de Furtado leva-o a interpretar a periferia a partir de duas especificidades capitais, que em mais de um sentido se conformam como o anverso das sociedades centrais. A primeira seria a heterogeneidade social, reflexo dos vastos contingentes de mão-de-obra de baixa produtividade, resultantes dos processos de acumulação e progresso técnico reduzidos, assim como de uma dinâmica social incapaz de impulsionar a melhoria de suas condições de vida, como ocorreu nos países centrais. A dependência cultural seria a segunda especificidade, a qual dá conta da forma específica de incorporação da periferia à civilização industrial e seu papel desarticulador em termos culturais, ao inibir a manifestação das capacidades criativas que o desenvolvimento exige.

É pela necessidade de reversão dessas características que emerge a proposta de “desenvolvimento endógeno” do autor, isto é, a necessidade de que os fins do desenvolvimento respondam às prioridades que cada sociedade estabeleça, cujo núcleo consiste na consolidação da identidade cultural das sociedades periféricas. Essa endogeneidade, portanto, “não é outra coisa senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo de acumulação em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984, p.108). Nessa direção, o desenvolvimento endógeno demanda uma intencionalidade, um impulso político que oriente e favoreça as transformações na esfera econômica e que induza e consolide as mudanças necessárias no plano sociopolítico. E, assim, a eficácia da ação coletiva requer uma ampla e direta participação dos diferentes estratos sociais, ao mesmo tempo que se requerem motivações políticas apoiadas numa consciência comum dos fins, respaldadas no conjunto das sociedades.

No contexto em que as mudanças tecnológicas são uma das forças que impulsionam o processo de globalização econômica, e ao mesmo tempo são fundamentais para a continuidade da acumulação nos países periféricos, Furtado (1984) pondera que para garantir a endogeneidade do desenvolvimento destes países, o desafio central que se coloca passa pelo acesso às tecnologias modernas sem que isso implique a adoção dos valores que desarticulam e mutilam a sua identidade cultural. Ou seja, na medida em que as tecnologias refletem os contextos culturais em que emergem, seu transplante acrítico implica a uniformização de padrões de comportamento que impedem um desenvolvimento a partir de condições culturais específicas, e são incompatíveis com a preservação da autonomia na definição dos valores substantivos e fins do desenvolvimento.

Assim como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso no início de sua produção intelectual acreditava na possibilidade de superação do subdesenvolvimento a partir de um desenvolvimento nacional e autônomo que se baseasse na industrialização, como atestam diversos de ensaios seus na Revista Brasileira entre meados de 1950 e 1960<sup>6</sup>. Entretanto, com o avanço no processo de industrialização e o fracasso do projeto nacional-desenvolvimentista ou nacional-burguês, o autor passou a repensar o desenvolvimento associado ao avanço do capitalismo nos países periféricos.

Em seus trabalhos, Cardoso frequentemente dialogava com o pensamento cepalino, e é desse modo que, no intuito de compreender as razões pelas quais a industrialização

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Cardoso (1957, 1958).

substitutiva de importações induzida pela CEPAL – e por ele apoiada na década de 1950 – havia tomado rumos distantes dos inicialmente previstos, empenhou-se em verificar a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico brasileiro. Esse estudo deu origem ao livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* ([1964] 1972), no qual o autor faz importantes considerações acerca da temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Cabe assinalar, de antemão, que Cardoso (1972) vai de encontro às expectativas das correntes nacionalistas sobre o desenvolvimento brasileiro na época, ao apontar que a classe empresarial existente no Brasil, entendida como a burguesia industrial nacional, não estava preparada, disposta, e não tinha poder suficiente – dada a marcante presença das corporações estrangeiras no comando dos setores mais dinâmicos da economia brasileira – para desempenhar o papel que a ideologia nacional lhe atribuía: de liderar um desenvolvimento nacional autônomo, baseado na industrialização e formação de um mercado interno independente.

Mais especificamente à discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, Cardoso (1972) argumenta que o primeiro termo precisa ser pensado numa análise menos abstrata, que se preocupe menos com a construção de modelos e mais com as estruturas capazes de explicar o processo. Assim, numa análise propriamente sociológica do desenvolvimento, os processos de diferenciação estrutural são vistos como o resultado de movimentos sociais que circunscrevem os determinantes universais do desenvolvimento. Ademais, as noções de subdesenvolvimento e de processo de desenvolvimento estão associadas a tipos de dominação e processos sociais que não são meramente econômicos, de modo que pensar a noção de sociedade subdesenvolvida descolada da relação com outra sociedade considerada desenvolvida não faz sentido, uma vez que o subdesenvolvimento não significa o não-desenvolvimento, mas, sim, uma forma de exprimir a existência de um tipo de desenvolvimento. Em outros termos, o autor defende que para compreender o processo de desenvolvimento no mundo ocidental é preciso analisar as relações básicas entre os dois tipos de sociedades (desenvolvidas e subdesenvolvidas) em conjunto, pois juntas elas representam o modo capitalista de produção.

Então, ao identificar as especificidades do industrial brasileiro e a presença maciça do capital estrangeiro no país, Cardoso começa a construir sua nova tese junto a Enzo Faletto: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* ([1969] 2010). Para os autores, além de analisar os fatores externos enquanto condicionantes do desenvolvimento, era preciso colocar em primeiro plano a integração das classes e grupos sociais, o que implicava

repensar o sentido e as funções que estas têm no contexto estrutural da situação de subdesenvolvimento. Assim, para Cardoso e Faletto (2010, p. 33), uma análise global do desenvolvimento requer uma redefinição de perspectiva:

[...] por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, consideram o desenvolvimento como “o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 34). Assim, apreende-se que da interação entre grupos e classes sociais pode resultar um processo político-social que engendre possibilidades de mudança na ordem econômica, isto é, capazes de transformar o processo de desenvolvimento.

No que se refere ao subdesenvolvimento, este teria se produzido historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação produtiva, passaram a ocupar posições distintas da estrutura global do sistema capitalista.

De tal modo, Cardoso e Faletto (2010, p. 38) explicam que a noção de subdesenvolvimento “caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo”. As noções de “centro” e “periferia”, por seu turno, “destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência”. Ou seja, o subdesenvolvimento reflete a vinculação ao mercado capitalista de economias que estão em diferentes graus de diferenciação do sistema produtivo, o que supõe, de outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Ainda, à luz da história, os autores apontam que, mais que a diferenciação econômica em si, alcançada durante o período de expansão para fora, a diferenciação social e, correlativamente, o equilíbrio de poder entre os grupos sociais são os fatores que explicam o tipo de desenvolvimento obtido nos diversos países.

Em síntese, na perspectiva de Cardoso, a noção de desenvolvimento baseia-se na concepção marxista de capitalismo progressista, de modo que é fundamentalmente um processo de crescimento (acumulação de capital), o qual é função dos aumentos de

produtividade e da diferenciação do sistema produtivo, mesmo que sem distribuição de renda e melhorias substantivas de bem-estar coletivo. Cardoso (1973, p. 15) deixa claro que “a redistribuição de renda, em si mesmo, não constitui o pólo de um gradiente que distingue padrões de desenvolvimento e que teria no outro pólo políticas econômicas concentradoras de renda.” Já para Furtado, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a, na medida em que desenvolvimento só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada.

Até o momento, optou-se por abordar as ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento nas interpretações de Furtado e Cardoso, sem incluir suas visões a respeito da dependência, embora essa noção tenha aparecido com maior ou menor clareza ao longo da exposição. No entanto, entender as perspectivas sobre desenvolvimento para esses autores sem incluir a questão da dependência é demasiadamente simplista, posto que intimamente relacionados. A seção seguinte discorre sobre a *dependência* em Furtado e Cardoso.

### 3. A DEPENDÊNCIA E OS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO

Iniciando por Furtado, a ideia de dependência está presente em praticamente toda sua obra, desde sua tese de doutorado, *A economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII* ([1948] 2000), mas é nas publicações a partir de meados da década de 1960 que tal questionamento ganha maior relevo. Sinteticamente, em Furtado, a dependência das economias periféricas, tendo a América Latina como centro de análise, tem raízes históricas profundas, remonta ao início das relações econômicas da região com o sistema mundial, e foi se transformando e aprofundando com o passar dos séculos. No entanto, é com a revolução industrial e a nova divisão internacional do trabalho que esse tema recebe maior atenção do autor.

Nessa época, certos países (aqueles que lideraram o processo de industrialização) se desenvolviam especializando-se em setores nos quais o progresso técnico penetrava rapidamente, e outros se especializavam em atividades cujo progresso técnico era insignificante ou naquelas em que sua constelação de recursos apresentava vantagem, ou seja, valiam-se da “lei das vantagens comparativas” (FURTADO, 1974, 1983). Essas relações assimétricas entre países “centrais” e “periféricos” escondia um aspecto fundamental: os países periféricos, ao especializarem-se nessas atividades, foram transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de

acumulação e do progresso técnico nos países do centro. Desse modo, completa Furtado (1983, p. 183), “o controle do progresso tecnológico e possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam *dependentes*”.

Furtado (1983) chama a atenção, ainda, para o caráter estrutural da dependência. Segundo ele, os três tipos de transformações das economias periféricas (vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas de comportamento dos grupos de altas rendas) têm em comum o fato de se constituírem processos adaptativos diante da evolução estrutural dos centros dominantes, o que revela, portanto, uma evolução do próprio processo de dependência. Afirma, ademais, que dada a estrutura atual do sistema global, em que o controle de novas técnicas está nas mãos de grandes empresas e grupos sediados nos países centrais, as relações de dependência tendem a se estreitar.

[...] nas economias “periféricas” o desenvolvimento tende a acarretar aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que, na grande maioria dos casos, ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que tem seu centro de decisão fora do subsistema em questão. Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novos padrões de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação de *inputs*, pagamento de *royalties*, patentes, dividendos etc.), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global no sentido de estreitar as relações de dependência (FURTADO, 1983, p. 185).

O autor argumenta ainda que se se tem em conta que a situação de dependência vai sendo permanentemente reforçada via introdução de novos produtos, cuja produção requer o uso técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital, torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, ou seja, de uma crescente concentração de renda. Acrescenta-se que, quanto mais se avança nesse processo, maiores são as facilidades que as grandes empresas estrangeiras têm para substituir, com a criação de subsidiárias, as empresas locais que tenham iniciado o processo de industrialização, controlando, assim, não apenas as inovações de uso imediato, mas também assegurando uma opção sobre as futuras.

Contudo, pondera que esse controle direto por grupos estrangeiros do sistema produtivo dos países periféricos, não é condição necessária para a evolução da dependência, uma vez que é perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa importância e/ou uma burocracia estatal forte participem ou mesmo tenham posição dominante no controle do sistema produtivo. Não obstante, mesmo o controle local no nível da produção não significaria necessariamente menor dependência, se o sistema continua a reproduzir os

padrões de consumo permanentemente criados no centro (FURTADO, 1983).

Para Furtado (2008) as relações econômicas internacionais evoluíram em direção a uma crescente complexidade, em que o poder coordenador dessas relações se deslocava progressiva e definitivamente do controle dos Estados nacionais para as grandes empresas. A grande empresa estrangeira administra os preços das mercadorias e condiciona os hábitos dos consumidores, modificando os mercados e exercendo de forma inequívoca um amplo poder econômico e social de dominação, como descreve:

Dentre os recursos de poder em que assenta a chamada ordem econômica internacional, tem particular relevância: a) o controle da tecnologia; b) o controle das finanças; c) o controle dos mercados; d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis e; e) o controle do acesso à mão de obra barata. Esses recursos, reunidos em quantidades ponderáveis e/ou combinados em doses diversas, originam posições de força que ocupam os Estados ou os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional. Essas posições de força são de pesos diferentes e em seu relacionamento tendem a ordenar-se, produzindo uma estrutura (FURTADO, 2008, p. 150-151)

Sob esse pano de fundo, Furtado (1974, p. 94) afirma que “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência”. Num contexto de dependência, a elevação da taxa de crescimento tende a agravar tanto a dependência externa como a exploração interna. Ou seja, longe de reduzir o subdesenvolvimento, o crescimento tende a agravá-lo, no sentido de que tende a ampliar as desigualdades sociais. Desse modo, Furtado (2008) afirma que a luta contra a dependência nada mais é que um esforço por parte dos países periféricos para superar e modificar essa estrutura.

Por fim, cabe destacar que a despeito do pessimismo notável nas obras supracitadas, o passar do tempo parece ter feito renascer a esperança em Furtado. Isso, porque, em artigo de 1994 o autor lança luz em direção a certas condições que devem ser cumpridas por um país de economia periférica que pretenda reduzir a dependência e superar o subdesenvolvimento, sem deixar de asseverar que o logro desses objetivos pressupõe o exercício de uma forte vontade política apoiada em amplo consenso social. As condições são: a) um grau de autonomia nas relações exteriores que limite o mais possível a drenagem para o exterior do excedente; b) estruturas de poder que dificultem a absorção do excedente pelo simples processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e assegurem um nível relativamente alto de poupança, abrindo caminho para a homogeneização social; c) certo grau de descentralização das estruturas econômicas requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo; d) estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas

e corretivas nos processos de excessiva concentração do poder (FURTADO, 1994, p. 42).

Consoante à essa visão, Furtado (1999) alerta que o aumento da dependência das economias periféricas incorre em sérios riscos de ingovernabilidade, se a nação é recorrente cada vez mais de recursos externos, qualquer choque na economia internacional pode ter consequências desestabilizadoras, com projeções políticas. A globalização não conduz, nem de longe, a políticas uniformes, logo, é preciso pensar em como evitar que esta agrave ainda mais as condições de exclusão social dessas nações.

A luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das próprias fontes de recursos não renováveis. Em seguida ela assume a forma de ocupação de posições que permitem controlar, ainda que parcialmente, o acesso ao mercado interno. Das vitórias alcançadas nessas duas frentes surge a massa crítica de recursos financeiros, que permite consolidar as posições ganhas e ampliar a frente de ação. A luta na frente tecnológica somente se torna viável quando foi assegurado o controle de importantes segmentos do mercado interno e reunida uma massa crítica de recursos financeiros (FURTADO, 2008, p. 160).

Portanto, a questão central para Furtado será sempre a de geração de formas de vontade coletiva na periferia, pois apenas assim será ativado o potencial de recursos de poder para executar, por meio da vontade política coletiva, as ações necessárias para sobrepujar a dependência.

Na perspectiva de Cardoso, como já mencionado, os principais condicionantes do processo de desenvolvimento residem no tipo de integração social das classes e dos grupos. Assim, com a colaboração de Faletto, Cardoso começa a desenvolver a ideia de dependência no intuito de interpretar os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais. Segundo os autores:

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se construíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 39).

Cardoso e Faletto (2010) argumentam que a dependência na situação de subdesenvolvimento implica uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Nos casos extremos, essa situação supõe que “as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas” (p. 39). A ideia, em suma, é que a dependência é um componente estrutural do capitalismo, em

especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Por isso, na análise da situação de dependência é preciso além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a estrutura social interna – composta por classes dominantes e classes dominadas.

Recorrendo-se ao seu livro *As Ideias e Seu Lugar* (1980), em que Cardoso revisita a questão da dependência em um dos capítulos, pode-se ter uma noção mais clara do seu pensamento sobre o tema. Cardoso (1980) argumenta que *dependência* é um processo histórico estrutural de dependência em termos das relações de classe que asseguram a dinâmica das sociedades dependentes, ligando a economia e a política internacionais a grupos e interesses locais e gerando, no mesmo movimento, contradições internas e luta política. Ademais, deve-se ter em mente que a ideia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Assim, é necessário entendê-la como “uma unidade dialética dos determinantes gerais do modo de produção capitalista e das determinações específicas de cada uma das sociedades dependentes, e, portanto, como síntese dos fatores ‘externos’ e dos ‘fatores internos’” (CARDOSO, 1980, p. 73).

Em suma, a tese de Cardoso é que o novo caráter da dependência (após a internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Para o autor, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a ideia de que esteja ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico nos países periféricos que se industrializaram parece absurda. Porém, esclarece o autor, não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades.

Nesses termos, Cardoso entende que economias periféricas, como o Brasil e outras da América Latina, estavam se desenvolvendo “capitalisticamente”, não sendo apenas um processo de crescimento sem alterações estruturais. A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estavam se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção. Além disso, os beneficiários desse “desenvolvimento dependente” são distintos daqueles da teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. São, na verdade, as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos. São estes os agentes sociais que constituem o “tripé do desenvolvimento

dependente associado” (CARDOSO, 1980).

Portanto, está claro que para Cardoso existe simultaneamente um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista. E, ainda, que desenvolvimento e dependência (tecnológica ou financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam continuamente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes deem fim. Nesse sentido, para ele, se não se pode escapar do desenvolvimento capitalista com dependência, que este seja com um máximo de democracia política e social a ser conquistada por uma hábil-ágil aliança de sujeitos sociais heterogêneos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de sistematizar as principais ideias de Furtado e Cardoso no que se refere às noções de desenvolvimento e dependência, pôde-se notar que embora os autores partam de formações acadêmicas e enfoques teóricos distintos, suas obras sugerem alguns pontos de convergência. Não obstante, as diferenças são muito mais exacerbadas. Uma distinção que se torna clara desde logo é que as obras de Cardoso possuem uma característica essencialmente analítica, enquanto as de Furtado, além de analíticas, são fortemente propositivas.

No plano mais teórico, pode-se mencionar, em primeiro lugar, que ambos ressaltam a importância de considerar o processo histórico para compreender a situação de subdesenvolvimento dos países periféricos e suas possibilidades e condições de desenvolvimento. Entretanto, na investigação histórica, Cardoso privilegia a análise da interação de grupos e classes sociais, enquanto Furtado, em consonância com a tradição cepalina, aborda-a numa perspectiva mais macro, num dualismo estrutural de centro *versus* periferia, atrasado *versus* moderno, mas não existe, como em Cardoso (por influência de Marx), as leis de movimento, em que um gera o outro. Assim, em Furtado, o subdesenvolvimento não caminha para o desenvolvimento por si próprio, ele é, em certo sentido, exógeno.

Mencionou-se, ainda, que na década de 1950 havia uma crença comum na superação do subdesenvolvimento e na possibilidade de realizar um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo no Brasil com base na industrialização – crença que se desmanchou na década seguinte, marcando uma guinada nas ideias dos autores em direções contrárias. Nesse sentido, apontou-se que para Furtado o *desenvolvimento* não é somente uma questão

de crescimento econômico ou um processo de acumulação de capital (o que para o autor significava apenas *modernização*), mas, sim, de profundas mudanças materiais e não-materiais em benefício da coletividade. De outro lado, Cardoso entende *desenvolvimento* como acumulação de capital, a lá Marx, a qual não implica necessariamente benefícios para o conjunto da sociedade, ao contrário, tende a ser contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades.

Diante disso, o *subdesenvolvimento* também assume noções distintas para os autores. Para Cardoso, o subdesenvolvimento reflete a vinculação ao mercado capitalista de economias que estão em diferentes graus de diferenciação do sistema produtivo, o que não implica o não-desenvolvimento, mas um determinado tipo de desenvolvimento, de modo que não se pode analisar o subdesenvolvimento descolado da situação de desenvolvimento. Para Furtado, o subdesenvolvimento não é um tipo de desenvolvimento, é um processo histórico autônomo, particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.

No âmbito da dependência, verificou-se que, para ambos, esta caracteriza o *modus operandi* do capitalismo na periferia, isto é, ela constitui uma forma particular do desenvolvimento do capitalismo em certas economias subordinadas à dinâmica econômica dos países do centro do sistema capitalista global. Apesar disso, para Furtado, a dependência é inegociável ou inaceitável – embora tenha se mostrado por vezes desiludido com sua superação – posto que tende a aprofundar o subdesenvolvimento, sendo o desenvolvimento *de facto* pouco provável nos quadros da dependência. As saídas apontadas por ele são de ordem política que reforcem a coletividade. Em seus últimos ensaios, defende não somente a reversão da estrutura produtiva dependente, mas medidas de investimento que produzam a superação dos atrasos em termos de desenvolvimento humano, isto é, em educação, saúde e bem-estar social.

Na visão de Cardoso, entretanto, a situação de dependência não exclui e não colide com a possibilidade de desenvolvimento econômico das economias dependentes. Dessa forma, a interpretação de Cardoso mostrou-se mais bem-sucedida no debate intelectual que marcou o período de suas obras, posto que o autor definiu precisamente a trajetória de diversas economias periféricas, como o Brasil – uma economia que se desenvolveu e se desenvolve, de forma dependente, com transformações estruturais, econômicas e sociais.

Contudo, quando se tem em conta que permanecemos uma sociedade extremamente desigual, em que uma minoria privilegiada continua reproduzindo os padrões de consumo

das sociedades avançadas, refletindo uma clara dependência e mimetismo cultural, não faria sentido refletir, à luz de Furtado, se houve apenas uma *modernização*, e não *desenvolvimento*, de fato? Obviamente, isso implica refletir sobre o *desenvolvimento* enquanto fenômeno histórico e *desenvolvimento* enquanto um processo integral que normativamente aspiramos, uma reflexão a partir dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta. É pela esperança de uma sociedade mais homogênea, inclusiva, e que preserve sua identidade cultural, que o ideário furtadiano merece ser resgatado nos estudos e formulações estratégicas de desenvolvimento.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e Dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. **Revista Brasiliense**, n. 12, São Paulo, jul.-ago. 1957.

CARDOSO, F. H. Educação e desenvolvimento econômico. **Revista Brasiliense**, n. 17, São Paulo, mai.-jun. 1958.

CARDOSO, F. H. (1964) **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1969) **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Originalmente publicado em espanhol.

CARDOSO, F. H. **Modelo político Brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.

CARDOSO, F. H. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. **Cadernos CEBRAP**, n. 33. Petrópolis: Editora Vozes; CEBRAP, 1980.

CPDOC-FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em:  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso\\_furtado](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado)

FURTADO, C. (1948) **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. (1961) Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

FURTADO, C. (1967) **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1ª ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, C. (1978) **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, v. 80, 1984.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, n. 3, dez. 1994.

FURTADO, C. (1998) **O capitalismo global**. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz

e Terra. 1999.

HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

LEWIS, W. A. **The Theory of Economic Growth**. Irwin, Homewood, IL, 1955.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckwoth, 1957.

PAULA, J. A. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, v. 17, n. 1(29), p. 1-19, 2006.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **El Trimestre Económico**, vol. 16, n. 63(3), p. 347-431, 1949.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. W. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review**. Second Series, v. 12, n.1, 1959.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. (1970) O desenvolvimento econômico da América Latina e algum de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos do pensamento na Cepal**. [S.l.]: Record, 2000, v. 2, p. 589-608.